



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001155-50.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **SONIA HELENA RUI PASSONI**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

SONIA HELENA RUI PASSONI ajuizou pedido de alvará judicial dizendo que foi induzida a erro, por golpe, o qual a levou a efetuar duas transferências nos valores de R\$ 989,19 e R\$ 1.490,19, depositados em nome de Talita Maria da Costa Lima. Realizado o Boletim de Ocorrência, conseguiu o cancelamento da transferência de R\$ 989,19, bem como o bloqueio da segunda operação. O valor bloqueado, R\$ 1.490,19, somente pode ser levantado mediante autorização de Talita, situação prejudicada face a ocorrência de um golpe, ou através de autorização judicial. Desta feita, requer a expedição de alvará judicial, a fim de que possa levantar o valor supra. Pede também o benefício da AJG. Documentos fls. 8/20.

É o relatório. Fundamento e decido.

A requerente foi vítima de estelionato perpetrado por Talita Maria da Costa Lima, o que resultou na lavratura do Boletim de Ocorrência de fls. 12/13. O histórico de fl. 12 contém a versão da vítima. Assim que percebeu que estava sendo induzida a erro substancial, adotou medida que lhe permitiu interromper a transferência de R\$ 989,19 para a conta de Talita (fl. 20).

Tentou, inutilmente, interromper a transferência de R\$ 1.490,19, que acabou sendo creditada na conta de Talita, conforme fl. 10.

O procedimento de jurisdição voluntária não se presta ao quanto pretendido na inicial. Indispensável a propositura de ação de conhecimento objetivando demonstrar que a requerente foi efetivamente vítima de estelionato e que o numerário transferido para a conta bancária de Talita gerou para esta locupletamento injusto. A requerente poderá agregar a essa pretensão pedido de indenização por danos morais e, poderá, inclusive, cogitar de incluir no polo passivo o próprio banco na hipótese deste ter aberto conta facilitadora da aplicação do alegado golpe.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

INDEFIRO o pedido inicial, mas ressalvo em favor da requerente o quanto consignado no último parágrafo da fundamentação desta sentença. Sem custas processuais.

P.R.I. Oportunamente, se o caso certifique o trânsito em julgado, dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo.

São Carlos, 07 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**